

pacho n.º 1/2008, de 31 de Março do Presidente do Conselho Directivo do IGFSS, IP;

Assim, e nos termos e com os fundamentos do parecer do Conselho Coordenador da Avaliação do IGFSS emitido em 6 de Outubro de 2008:

a) O Conselho Coordenador da Avaliação do IGFSS, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 48.º da LVCR dá o seu parecer favorável à alteração de posicionamento remuneratório para a posição imediatamente superior à seguinte em que se encontra, por opção gestionária, relativamente ao trabalhador identificado no quadro I constante da acta n.º 14 da reunião do CCA realizada em 17 de Dezembro de 2008, o qual reúne os requisitos enunciados no n.º 1 do artigo 47.º;

b) O Conselho Coordenador da Avaliação do IGFSS, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 48.º da LVCR dá o seu parecer favorável à alteração de posicionamento remuneratório para a posição imediatamente seguinte àquela em que se encontra, por opção gestionária, relativamente ao trabalhador identificado no quadro II constante da acta n.º 14 da reunião do CCA realizada em 17 de Dezembro de 2008;

17 de Dezembro de 2008. — O Conselho Coordenador da Avaliação: José Augusto Antunes Gaspar — Nelson da Silva Ferreira — Joaquina Maria Franco — Isabel Grilo — Ana Vasques — Francisco Alves — Paula Pedro.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Braga

Declaração de rectificação n.º 252/2009

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 1747/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de Janeiro de 2009, referente à delegação e subdelegação de competências do director da Unidade de Prestações e Atendimento, José de Oliveira Gomes, rectifica-se que:

Onde se lê «nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do CPA» deve ler-se «nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do CPA».

Onde se lê «delego e subdelego» deve ler-se «subdelego».

Onde se lê «No director de Núcleo de Prestações do sistema, licenciada Sandra Manuela Fernandes de Araújo, a competência para:» deve ler-se «Na directora de Núcleo de Prestações do Sistema Previdencial, licenciada Sandra Manuela Fernandes de Araújo, a competência para:».

Onde se lê «No director de Núcleo de Prestações Familiares e da Deficiência, licenciada Maria Angelina Rodrigues Ferreira a competência para:» deve ler-se «Na directora de Núcleo de Prestações Familiares e da Deficiência, licenciada Maria Angelina Rodrigues Ferreira a competência para:».

Onde se lê «No director de Núcleo de Gestão do Atendimento, licenciada Rita Cristina de Castro Ferreira Paiva, a competência para:» deve ler-se «Na directora de Núcleo de Gestão do Atendimento, licenciada Rita Cristina de Castro Ferreira Paiva, a competência para:».

20 de Janeiro de 2009. — O Director da Unidade de Prestações e Atendimento, José de Oliveira Gomes.

Centro Distrital de Segurança Social do Porto

Despacho n.º 3672/2009

Nos termos do artigo 35 n.º 1 do CPA e no uso dos poderes que me são conferidos no anexo à Portaria 638/2007, de 30 de Maio, designadamente no n.º 3 do artigo 28.º do mesmo diploma legal, e dos que me foram delegados pela deliberação n.º 2310/2008, de 30 de Julho, do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social, I.P., publicada no *Diário da República*, n.º 163 2.ª série, de 25 de Agosto de 2008, subdelego em:

Maria Isabel Ramos Teixeira Torres Pires, Directora de Unidade de Prestações e IPSS;

Sandra Cristina Martins Gonçalves Oliveira, Directora de Núcleo de Prestações;

Maria Inês Bandeira de Sousa Pereira, Directora de Núcleo de Orçamentos e Contas de IPSS;

Elisa Abreu Fernandes, Chefe de Sector Financeiro;

1 — Em matéria de gestão Financeira e Contabilidade, desde que precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas sobre a matéria, a competência para:

1.1 — Movimentar as contas bancárias do ISS, I.P. — Centro Distrital do Porto, sendo que para o efeito, é sempre necessário duas assinaturas;

Subdelego ainda em:

Maria Isabel Ramos Teixeira Torres Pires, Directora de Unidade de Prestações e IPSS e Sandra Cristina Martins Gonçalves Oliveira, Directora de Núcleo de Prestações;

2 — Em matéria de Segurança Social, desde que precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Directivo, a competência para:

2.1 — Autorizar o pagamento, em prestações mensais de prestações indevidamente recebidas, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 7 do Decreto-Lei n.º 133/88 de 20 de Abril.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos no entretanto praticados pelo dirigente em causa, no âmbito das matérias por ela abrangidas, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

22 de Janeiro de 2009. — O Director, Luís Cunha.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 3673/2009

O orçamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para 2009 inclui um programa vertical de financiamento no valor de 12 milhões de euros para apoio aos investimentos na qualificação das unidades de cirurgia de ambulatório do SNS.

Importa agora regulamentar o acesso a esta linha de financiamento por parte das instituições hospitalares de modo a garantir a máxima coerência face aos objectivos de qualidade e produção fixados bem como a indispensável transparência na utilização de recursos financeiros escassos.

Assim:

Aprovo o Regulamento de Financiamento dos Investimentos na Qualificação das Unidades de Cirurgia de Ambulatório do SNS, constante do anexo deste despacho, do qual faz parte integrante.

22 de Janeiro de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ventura Ramos.

ANEXO

Regulamento de Financiamento dos Investimentos na Qualificação das Unidades de Cirurgia de Ambulatório do SNS

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece os princípios, as regras e os procedimentos a considerar na atribuição de apoio financeiro a instituições do Serviço Nacional de Saúde, no âmbito da cirurgia de ambulatório.

Artigo 2.º

Objectivos

Os apoios financeiros previstos no presente regulamento têm como objectivo qualificar a resposta das instituições prestadoras de cuidados de saúde do SNS, através de projectos que adoptem um conjunto de critérios básicos e desejáveis na organização dos programas de cirurgia de ambulatório, de acordo com o preconizado no despacho n.º 30 114/2008.

Artigo 3.º

Âmbito

As medidas de intervenção consideradas prioritárias são as que visam garantir a definição de um circuito independente para os doentes de cirurgia de ambulatório, de acordo com a praxis defendida pela Comissão Nacional de Cirurgia do Ambulatório (CNADCA), podendo englobar investimentos em infra-estruturas físicas e equipamentos.

Artigo 4.º

Beneficiários

Podem candidatar-se ao presente financiamento os centros hospitalares, hospitais e unidades locais de saúde integrados no Serviço Nacional de Saúde.

Artigo 5.º

Projectos

Os projectos ou acções susceptíveis de beneficiar de apoio financeiro devem enquadrar-se numa das seguintes tipologias:

- a) Aquisição de equipamentos para as unidades de cirurgia de ambulatório;
- b) Melhoria, adequação e ou criação de estruturas físicas para a prática da cirurgia de ambulatório, de acordo com o modelo preconizado pela CNADCA.

Artigo 6.º

Duração dos projectos

Os projectos têm a duração máxima de 12 meses.

Artigo 7.º

Despesas elegíveis

1 — Em função da sua indispensabilidade no âmbito específico do projecto, consideram-se elegíveis as seguintes despesas:

- a) Aquisição de bens:
 - i) Equipamento técnico;
 - ii) Equipamento tecnológico de informação e comunicação;
 - iii) Equipamentos gerais e de apoio instrumental considerados indispensáveis desde que associados à prestação de cuidados de saúde nos termos preconizados pela CNADCA.
- b) Aquisição de serviços:
 - i) Estudos e projectos de obras;
 - ii) Obras de melhoria, adaptação e ou criação de instalações para cumprimento dos programas funcionais aprovados.

Artigo 8.º

Regras de não cumulação de apoio financeiro

É expressamente proibida a apresentação de candidaturas, nos termos das condições consignadas no presente regulamento, que tenham sido objecto de financiamento por entidades públicas ou privadas, nacionais ou europeias.

Artigo 9.º

Entidade competente para apreciar e avaliar as candidaturas

1 — Compete à ARS territorialmente competente:

- a) Recepcionar, apreciar e emitir parecer sobre as candidaturas de financiamento apresentadas ao abrigo do presente programa;
- b) Elaborar proposta de tomada de decisão sobre as candidaturas apresentadas e sobre o montante de financiamento calculado a atribuir.

2 — Após a validação aqui referida, a ARS deve emitir até ao dia 31 de Março de 2009, parecer instruído com as respectivas propostas para decisão da entidade gestora, ordenando as mesmas pelo valor de mérito estratégico para a respectiva região.

Artigo 10.º

Entidade gestora

1 — A entidade gestora do programa é a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).

2 — Em caso dos valores totais das candidaturas, com parecer favorável das respectivas ARS, ultrapassarem as verbas previstas, a ACSS em articulação com as ARS, deverá elaborar proposta fundamentada de decisão.

Artigo 11.º

Taxa de Financiamento

1 — O financiamento das candidaturas não pode ultrapassar 80 % do valor global do projecto.

2 — As ARS na emissão dos respectivos pareceres, deverão indicar a taxa de financiamento que deverá ser atribuída a cada projecto, respeitando o limite máximo definido no número anterior.

CAPÍTULO II

Procedimento de apreciação, selecção e aprovação de candidaturas

SECÇÃO I

Apresentação de candidatura

Artigo 12.º

Apresentação de candidaturas

1 — A apresentação de candidaturas junto da ARS territorialmente competente ocorre até 15 de Março de 2009.

2 — Em casos excepcionais, podem ser abertos novos períodos para a apresentação de candidaturas, comprometendo-se a entidade gestora a publicá-los através de aviso na sua página electrónica.

Artigo 13.º

Formulação de candidatura

1 — As candidaturas deverão ser instruídas junto da ARS territorialmente competente em suporte de papel e com cópia em formato electrónico, com todos os elementos informativos e probatórios requeridos.

2 — Documentação a apresentar no acto da candidatura:

- a) Declaração assinada pela entidade responsável ou dirigente máximo da instituição, sob compromisso de honra, de não serem beneficiários de qualquer outra comparticipação de natureza financeira no projecto, por parte de outras entidades;
- b) Facturas pró-forma ou orçamentos indicativos discriminados que consubstanciem o pedido de concessão de apoio. Na eventualidade de estar em curso um processo de consulta ao mercado e, por esta circunstância, não ser possível no período de candidatura apresentar aqueles documentos, poderá ser apresentada em sua substituição uma declaração, emitida pela entidade proponente, com o valor estimado, constituindo este valor o montante máximo para efeitos do cálculo do co-financiamento público;
- c) Declaração de compromisso de manutenção do projecto após o período de financiamento específico;
- d) Estratégia da implementação do projecto: previsão do aumento da produção com a execução deste projecto (ou a melhoria da qualidade assistencial); adequação dos recursos humanos; lista de espera cirúrgica da instituição e o seu potencial de ambulatorização.
- e) Declaração do cabimento financeiro referente à parte do projecto não financiada pelo presente concurso.

3 — A falta de apresentação da documentação que se refere neste artigo, determina a anulação da candidatura.

SECÇÃO II

Seleção e aprovação das candidaturas

Artigo 14.º

Verificação de requisitos e condições de acesso das candidaturas

1 — A aceitação das candidaturas pela ARS territorialmente competente compreende a observação do cumprimento dos requisitos e das condições de acesso estipulados no presente Regulamento.

2 — O incumprimento dos requisitos e condições de acesso previstos no número anterior determina a não-aceitação da candidatura.

Artigo 15.º

Apreciação das candidaturas

1 — A análise das candidaturas compreende os seguintes critérios:

- a) Coerência do projecto face ao estabelecido pela CNADCA, em especial no que toca ao capítulo x do seu relatório final;
- b) Coerência entre o diagnóstico de necessidades, a intervenção proposta e os resultados esperados em termos de resposta aos problemas cirúrgicos na área de influência da instituição;
- c) Adequação do cronograma e do plano orçamental.

2 — A análise técnica das candidaturas é da responsabilidade das ARS.

3 — As ARS podem solicitar a todo o tempo os esclarecimentos que considerem necessários e oportunos.

4 — A decisão final efectuada nos termos previstos neste regulamento, será comunicada à Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., e às entidades candidatas.

CAPÍTULO III

Obrigações contratuais

Artigo 16.º

Contrato

1 — A concessão do apoio financeiro é estabelecida através de contrato celebrado, no prazo de 15 dias após a aprovação da candidatura, entre a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), por parte do Ministério da Saúde, e os representantes legais da entidade beneficiária.

2 — Da minuta devem constar cláusulas relativas aos objectivos gerais do projecto, prazos de execução, resultados a atingir em termos de oferta cirúrgica ao montante do apoio financeiro, cronograma de aquisição dos bens ou serviços previstos, bem como os direitos e deveres das partes.

3 — A garantia do apoio financeiro aprovado caduca caso o contrato não se celebre por razões imputáveis à entidade beneficiária.

4 — O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos:

a) Incumprimento dos objectivos e obrigações legais e contratuais e dos prazos estabelecidos no contrato, por facto imputável à entidade beneficiária;

b) Recusa de prestação de informações ou prestação de informações falsas pela entidade beneficiária;

5 — A rescisão do contrato, nos termos do número anterior, implica a caducidade do apoio financeiro, sendo a entidade beneficiária obrigada à restituição das importâncias recebidas, no prazo máximo de 60 dias a contar da sua notificação.

Artigo 17.º

Pagamentos

1 — Os pagamentos são efectuados pela ACSS ao abrigo do programa vertical destinado à cirurgia de ambulatório previsto para 2009, por reembolso das despesas efectuadas mediante a apresentação dos documentos justificativos de despesa e de quitação da despesa até um máximo de três pedidos de pagamento anuais por projecto.

2 — As entidades beneficiárias devem remeter os pedidos de pagamento em formulário próprio, acompanhado de cópias dos documentos justificativos de despesa e de quitação da despesa.

3 — Após a emissão da autorização de pagamento a entidade gestora, processa a transferência bancária do montante correspondente para a conta da entidade beneficiária.

CAPÍTULO IV

Acompanhamento e avaliação

Artigo 18.º

Acompanhamento dos projectos

1 — A monitorização e avaliação da execução dos projectos que foram objecto de financiamento são da responsabilidade da ACSS e ARS, nos termos das respectivas competências.

2 — Até 31 de Dezembro de 2009 e depois durante os meses de Janeiro de 2011 e Janeiro de 2012, os hospitais que foram alvo deste financiamento deverão remeter relatórios pormenorizados sobre o impacto dos projectos (nomeadamente a nível da produção, qualidade assistencial, evolução das listas de espera cirúrgicas) à respectiva ARS e publicar os mesmos no seu sítio da Internet.

3 — Até 31 de Janeiro de 2010 e depois durante os meses de Janeiro de 2011 e Janeiro de 2012, as ARS deverão elaborar relatórios em que sejam efectuadas a consolidação dos resultados atingidos com os vários projectos financiados na sua região, nomeadamente os ganhos em saúde conseguidos em função dos investimentos realizados, remeter os mesmos à ACSS e publicá-los no seu sítio da Internet.

4 — As ARS podem acordar outros prazos de entrega dos relatórios previstos nos números anteriores apenas quando os projectos tenham sido aprovados ao abrigo do n.º 2 artigo 12.º do presente Regulamento.

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Declaração de rectificação n.º 253/2009

Por ter sido publicado com inexactidão, o Despacho n.º 2866/2009, publicado no DR 2.ª série n.º 15, de 22 de Janeiro, rectifica-se que onde se lê: «Centro de Histocompatibilidade do Centro» deve ler-se: «Administração Regional de Saúde do Centro, IP — Sub-Região de Saúde de Castelo Branco».

22 de Janeiro de 2009. — A Coordenadora, *Ana Maria Geraldes Correia*.

Deliberação (extracto) n.º 332/2009

Por deliberação de 7.01.2009 do Conselho Directivo da Administração da Administração Regional de Saúde do Centro:

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º, e no artigo 19.º, da lei 53/2006, de 07.12, foi autorizada a colocação em situação de mobilidade especial por opção voluntária da funcionária:

Nome — Maria da Conceição Martins Gaspar
Natureza do vínculo — Nomeação definitiva
Carreira — Assistente Administrativo
Categoria — Assistente Administrativa Especialista
Escala — 5, Índice 337

22 de Janeiro de 2009. — A Coordenadora, *Ana Maria Geraldes Correia*.

Hospitais Cívicos de Lisboa

Hospital de Curry Cabral

Despacho n.º 3674/2009

Por despacho de 21.01.2009, da Vogal do Conselho de Administração do Hospital de Curry Cabral,

Décio António Reis Cabrita, Assistente Técnico do mapa de pessoal do Hospital de Curry Cabral, após concurso Interno Geral de Ingresso, é provido, em período experimental, na categoria de Técnico Superior, nível 13, subnível 6, do mapa de pessoal do mesmo Hospital.

22 de Janeiro de 2009. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Maria Correia Lopes*.

Hospital do Litoral Alentejano

Aviso (extracto) n.º 2601/2009

Maria Luísa Gameiro Filipe Silva Botelho, classificada em 2.º lugar no concurso interno geral de acesso misto para provimento de 4 lugares de assistente administrativo principal, sendo 3 quotas para funcionários do Hospital do Litoral Alentejano, 1 quota para funcionários pertencentes a outros serviços — não aceitou o lugar pelo que será abatida à lista de classificação final.

22 de Janeiro de 2009. — A Presidente do Conselho de Administração, *Adelaide Belo*.

Aviso (extracto) n.º 2602/2009

Nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, faz-se pública a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de enfermeiro especialista, em enfermagem médico-cirúrgica da carreira de enfermagem, aberto por aviso n.º 25 176/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 17 de Outubro de 2008, devidamente homologada pelo conselho de administração em 21 de Janeiro de 2009:

Luís Miguel Marques Ribeiro — 8 valores.

Nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei 437/91, de 8 de Novembro, o candidato dispõe de 10 dias úteis após a publicação da presente lista, para se assim o entender, interpor recurso para o membro do Governo competente, devendo ser entregue no serviço de pessoal do Hospital do Litoral Alentejano.

22 de Janeiro de 2009. — A Presidente do Conselho de Administração, *Adelaide Belo*.